



A proposta de Currículo Mínimo de Desenho Industrial e Programação Visual de 1979: ideias do percurso de sua constituição

The proposal for a Minimum Curriculum of Industrial Design and Graphic Design in 1979: ideas on the way until its constitution

FERREIRA, Eduardo Camillo K.; Mestrado – FAUUSP
eduardo.camillo.ferreira@usp.br

BRAGA, Marcos da Costa; Doutor; FAU USP
bragamcb@usp.br

Resumo

O presente artigo aborda os eventos posteriores ao primeiro Currículo Mínimo, que levaram à redação de uma proposta de novo Currículo Mínimo enviada ao Conselho Federal de Educação em 1980, após o 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial, ENDI. O objetivo é traçar a trajetória das ideias, que deram a base para a constituição da proposta aprovada em 1979 e quem eram agentes sociais em disputa nos debates. O artigo origina-se de uma pesquisa de mestrado a respeito da história dos Currículos Mínimos, e contextualiza-se metodologicamente como uma pesquisa qualitativa e exploratória, com abordagens da Micro-história nos recortes temporais e na intensa exploração de fontes primárias documentais e orais, situa-se no domínio da História das Ideias conforme apresentada por LaCapra (1980), que valoriza o contexto social para a interpretação das ideias, e tem na História Oral importante método para entrevistas no trato com a memória do depoente. Utiliza-se as noções de Bourdieu de *Habitus* e *Capital* para algumas leituras dos dados.

Palavras Chave: currículo mínimo, ensino de design, história do design

Abstract

*This article addresses the events after the first Minimum Curriculum from 1969, which led to the writing of a proposal for a new Minimum Curriculum sent to the Federal Council of Education in 1980, after the 1st National Meeting of Industrial Design, ENDI. The objective of the article is to trace the trajectory of ideas, which gave the basis for the proposal approved in 1979, and also trace who were the social agents in dispute in the debates. The article originates from a master's research on the history of the Minimum Curriculum, and is methodologically contextualized as a qualitative and exploratory research, with microhistory approaches in the temporal cut-offs and in the intense exploration of primary and oral sources. It is also situated in the domain of the History of Ideas as presented by LaCapra (1980), who values the social context for the interpretation of ideas, and has in Oral History an important method of interviews in dealing with the memory of the deponent. We use some of the ideas of Bourdieu as, *Habitus* and *Capital*.*

Keywords: curriculum minimum, design teaching, design history



1 Introdução

Em 1961, a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 4024/61, introduziu a ideia de Currículos Mínimos. O texto da lei em seu Artigo 70 colocava que “[o] currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal [...] serão fixados pelo Conselho Federal de Educação [CFE]” (BRASIL, 1961). Para Oliven (2005, p. 32), a lei fortalecia a centralidade do sistema de educação superior ao conferir ao CFE a autoridade para fiscalizar os cursos superiores e deliberar sobre os conteúdos de seus cursos por meio dos Currículos Mínimos. O fundamento dessa ideia, segundo Carvalho (2015, p. 51), embasava-se na expansão do acesso à educação, e mobilidade e flexibilização do ensino num país que procurava acelerar sua industrialização.

Em 1968, com a Lei nº 5.540/68, denominada “Lei da Reforma Universitária”, instituída em plena ditadura civil-militar, uma série de mudanças acontecem no ensino superior. Dentre elas, extingue-se a cátedra, aglutinam-se faculdades em universidades para maior produtividade e concentração de recursos, institui-se o sistema de créditos para as disciplinas, entre outros pontos (FIGUEIREDO, 2005). A lei atualiza, também, o conteúdo relativo aos Currículos Mínimos, e coloca que o CFE “[...] fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional.” (BRASIL, 1968).

Essa mudança de redação possibilitaria a publicação do primeiro Currículo Mínimo de Desenho Industrial em 1969, conforme narram Ferreira & Braga (2016) e Ferreira (2017). Resumidamente, quando em 1967 ocorre o pedido de reconhecimento do curso da Esdi ao Conselho Estadual de Educação do Estado da Guanabara, CEE, este solicita ao CFE que fixe o Currículo Mínimo de Desenho Industrial para que o CEE pudesse concretizar a aprovação do curso. O currículo terminou redigido por Celso Kelly, no Parecer 408/69, a partir do próprio currículo esdiano enviado junto do processo. Kelly ainda inclui algumas disciplinas que não possuem relação com o currículo da Esdi, mas contém similaridades a disciplinas do Currículo Mínimo de Arquitetura, escrito por Kelly meses antes.

Ao final, o Currículo Mínimo é publicado na Resolução nº 5 em 1969. Seu processo transparece certa origem burocrática e é desvinculado das discussões sobre o ensino da profissão levadas a cabo pela categoria nos anos anteriores (FERREIRA & BRAGA, 2016). Apesar disso, o currículo é rapidamente absorvido pelas escolas, das quais podemos ressaltar a Faap, Mackenzie (ambas analisadas em CARVALHO, 2015), e Fuma (OZANAN, 2005, p. 79).

O presente artigo aborda os eventos posteriores ao primeiro Currículo Mínimo, que levaram à redação de uma proposta de novo Currículo Mínimo enviada ao CFE em 1980, após o 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial, ENDI. O objetivo é traçar a trajetória das ideias, que deram a base para a constituição da proposta aprovada em 1979 e quem eram agentes sociais em disputa nos debates. O artigo origina-se de uma pesquisa de mestrado a respeito da história dos Currículos Mínimos, e contextualiza-se metodologicamente como uma pesquisa qualitativa e exploratória, com abordagens da Micro-história nos recortes temporais e na intensa exploração de fontes primárias documentais e orais, situa-se no domínio da História das Ideias conforme apresentada por LaCapra (1980) que valoriza o contexto social para a interpretação das ideias, e tem na História Oral importante método de entrevistas no trato com a memória do depoente. Utilizam-se também as noções de *Habitus* e *Capital* para interpretação de alguns dados.



2 Primeiros esforços para uma revisão do Currículo Mínimo

No início dos anos 1970, a questão do ensino volta a ser debatida nos fóruns do campo do Design. Em 1975 ocorre o “Ciclo de debates sobre desenho industrial” na Faap, nos dias 24 e 25 de novembro, quando na mesa redonda de tema “relacionamento desenho industrial e escola”, Lúcio Grinover palestrou sobre a “situação do ensino no Brasil”, José Abramovich falou sobre “análise de currículum”, e Alessandro Ventura, que esteve no evento em Ouro Preto, tratou da “formação atual do desenhista industrial” (ABDI, 1976). Ainda em 1976 Gustavo Amarante Bomfim iniciava sua pesquisa de mestrado, a ser concluída em 1978 pela Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ – COPPE, que trata justamente de redigir uma nova versão de Currículo Mínimo de Desenho Industrial.

Em 1976 aconteceu o 1º Simpósio Brasileiro de Desenho Industrial – Design’76, organizado pela Associação Brasileira de Desenho Industrial – ABDI, o primeiro evento de proporções nacionais promovido pela ABDI. Realizou-se entre os dias 24 e 26 de maio de 1976, em São Paulo. Um dos efeitos do seminário foi, no Rio de Janeiro, o desejo de criar uma célula regional da ABDI, à qual denominaram ABDI-RJ. Segundo documento anexo à Ata de Reunião da ABDI, de 28 de junho de 1976 – cuja lista de presenças consta de 76 nomes –, foi no Design ‘76 que se percebeu “[...] a necessidade de se instituírem organismos regionais dentro da ABDI” (ABDI, 1976b).

Naquele período, organizavam-se no Rio de Janeiro reuniões com grande volume de designers para discutir alguns eixos temáticos que compunham a proposta da ABDI-RJ, e, dentre eles, havia o Grupo de Trabalho de Ensino. Avaliava-se que

o mau ensino ministrado na faculdade torna-se o primeiro obstáculo ao aluno recém-formado. [...] Recém-formado, o profissional constata o seu despreparo e tenta compensá-lo freqüentando cursos livres ou de pós-graduação. Ele sabe que, apesar de recente, o campo profissional já se apresenta altamente competitivo, e por isso procura aprimorar-se para conseguir melhor qualificação.

Em função dessa e de outras dificuldades, foi constituído o grupo 3 (Ensino), que identificou alguns problemas dos estudantes: Currículo Mínimo do MEC; ambigüidade das disciplinas do currículo, criando nos professores desinteresse em ensinar matérias que propiciam uma enorme defasagem no período de aprendizado. (ABDI-RJ, 1976).

Em Ata de Reunião Geral da ABDI-RJ realizada na Esdi, de 27 de agosto de 1976, Hélio Grossman, membro do grupo de ensino, informou que foi descoberta uma proposta de Currículo Mínimo que estava sendo encaminhada pelo MEC, sem identificar quem a encaminhou. Assim, “o grupo contactou o MEC e propôs segurar o projeto e formar um grupo para estudo do Currículo Mínimo” (ABDI, 1976d). No entanto, o grupo de ensino encontrava-se desestruturado e sem coordenador (posto anteriormente ocupado por Sérgio Camardela (da UFRJ), e o contato com o MEC não persistiu (ABDI, 1976d).

Segundo Braga, “as visões, entre o movimento do Rio de Janeiro e os paulistas, a respeito do perfil Associativo da ABDI, começaram a apresentar diferenças, que influenciariam os destinos da organização profissional dos cariocas” (BRAGA, 2016, p. 132). A ABDI-RJ via na pré-sindicalização um possível caminho para a regulamentação profissional – tornar-se-iam sindicatos a partir do momento que tivessem um terço dos profissionais do estado como associados –, caminho não endossado pela diretoria paulista da ABDI, que via no envio de um projeto de regulamentação ao Congresso Nacional o caminho mais simples e rápido que a criação de entidades pré-

sindicais (BRAGA, 2016, p. 135). Assim, foi iniciado o processo de ruptura com a ABDI que culminaria na criação da Apdins-RJ em 15 de junho de 1978 (BRAGA, 2016, p. 151).

Pouco antes, em março de 1978, o MEC DAU criou uma comissão de especialistas que formulou uma primeira proposta de Currículo Mínimo. A comissão contou com Freddy Van Camp, entre outros membros¹. A proposta, que tratava apenas do Currículo Mínimo de Desenho de Produto, conforme o Quadro 1, não contemplava a habilitação de Programação Visual. A mesma foi enviada às escolas de desenho industrial brasileiras, para que devolvessem ao MEC DAU seus comentários sobre seu conteúdo (VAN CAMP, 1978).

Quadro 1 – Matérias da proposta de 1978 de reformulação do Currículo Mínimo de Desenho Industrial

Matérias	Conteúdos
Matemática	Cálculo vetorial e geometria analítica; Cálculo vetorial e integral; Cálculo numérico e computação; Probabilidade e estatística
Física	Medidas físicas; Mecânica geral; Líquidos e gases; Eletricidade; Calor; Acústica e ótica; Atividades práticas
Mecânica Aplicada	Mecânica geral; Mecanismos; Resistência dos materiais; Atividades práticas
Comunicação visual	Metodologia visual; Análise gráfica; Teoria da cor; Atividades práticas
Representação e expressão bidimensional	Geometria descritiva; Desenho artístico; Fotografia; Estudos das técnicas de utilização dos materiais expressivos; Atividades práticas
Representação e expressão tridimensional	Estudo das técnicas de utilização dos materiais expressivos; Construção de modelos físicos; Atividades Práticas
História	História das artes; História da tecnologia e do objeto; História do desenho industrial; História da industrialização no Brasil
Economia	Natureza e método da economia; Formação industrial do Brasil; Mercadologia; Economia da empresa
Ciências humanas	Sociologia; Antropologia; Psicologia; Temas jurídicos
Ergonomia	Sistema homem-máquina; Fisiologia do trabalho; Antropometria e biomecânica; Ambiente do trabalho; Atividades práticas
Fabricação	Materiais industriais; Processos de fabricação; Método de planejamento, controle e custos de produção
Teoria da informação	Processos de informação; Semiologia
Desenvolvimento do projeto	Metodologia do projeto; Planejamento e acompanhamento; Execução do projeto

Fonte: adaptado de Matriz Curricular sem data, e sem identificação

Ao todo, documentam-se respostas do Instituto Superior de Educação Santa Cecília (TEIXEIRA, 1978), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RJ (ANDRADE, 1978), Fauusp (MARICATO, 1978), Esdi (PORTINHO, 1978b), Universidade Federal do Maranhão – UFMA (PEDROSA, 1978). Naquele momento, haviam em torno de quinze escolas com cursos de desenho

¹Não foram encontradas referências nominais a outros membros, apenas à comissão de forma genérica.



industrial (BOMFIM, 1978), portanto menos da metade respondeu.

Dos comentários, além daqueles que tocam em questões pontuais de matérias ou ementas, ressaltam-se dois, sendo um primeiro, feito pela PUC-RJ, a respeito do peso dado a matérias técnicas e teóricas em detrimento de matérias projetuais (ESCOREL et al., 1978). O segundo, feito pelo professor Pedro Luiz Pereira de Souza da Esdi, questiona certa ênfase tecnológica no currículo, que dificultaria apropriações regionais (SOUZA, 1978).

3 Seminário “Desenho Industrial e Ensino”

Na sequência desta primeira proposta, a Secretaria de Ensino Superior do MEC – SESU/MEC, encomendou o Seminário “Desenho Industrial e Ensino” para aprofundar as discussões sobre o Currículo Mínimo. O seminário aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 1978, nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Fauusp, na Cidade Universitária, e foi promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, Abenge. Não está completamente claro quais as razões que levaram ambas entidades a organizar o evento. Moraes associa tais escolhas às pessoas envolvidas em cada uma das entidades. Lúcio Grinover era diretor da Fauusp naquele momento e tinha sido presidente da ABDI nos anos 1960, enquanto Itiro Lida era ligado à Associação Brasileira de Educação em Engenharia – Abenge (MORAES, 2003). O próprio Ruy Carlos de Camargo Vieira – então Diretor Adjunto do MEC DAU e remetente de várias correspondências e comunicados referentes ao processo de reformulação do Currículo Mínimo, que se tornaria no ano seguinte, em 1979, vice-presidente da Abenge – pode ter viabilizado que a associação promovesse o evento.

No entanto, a notícia de uma associação de engenharia e uma escola de arquitetura – apesar de seu histórico ligado ao desenho industrial – estarem recebendo e organizando um evento que lidava com o ensino de desenho industrial e a reconfiguração de seu Currículo Mínimo não foi bem recebida por toda a categoria dos desenhistas industriais. Freddy Van Camp foi ao menos um dos que se manifestou sobre o ocorrido, dizendo que “[...] esta escola [Fauusp] não forma desenhistas industriais ou programadores visuais” e não teria interesse direto no Currículo Mínimo para estes cursos. Sobre a Abenge, questiona que “[...] o patrocínio é de uma associação que tem a ver com o ensino de engenharia e cujo interesse ou ligação com o ensino de DI nos era inteiramente desconhecido até o presente momento” (VAN CAMP, 1978).

Independentemente dessa polêmica, a associação profissional carioca preparou em reuniões anteriores ao evento um documento que foi apresentado no seminário. Nesse documento há uma longa introdução a respeito de como o desenho industrial vinha encontrando dificuldades de transformar em realidade todo seu potencial de atuação profissional no mercado de trabalho. Entre algumas sugestões, tais como políticas públicas do estado para desenvolvimento de uma indústria nacional que absorva o design, sugere-se também a criação de uma cultura de pesquisa e estudo do desenho industrial no Brasil. Para isso, entretanto, era necessário esclarecer ao próprio MEC o que seria o desenho industrial. Nas palavras redigidas no documento:

Poderíamos dizer, sem pretendermos propriamente definir o campo, que “Desenho Industrial é uma técnica, ou um conjunto de técnicas, que se ocupam do projeto, do desenvolvimento e da implantação de produtos industrializados”.

Partindo desta colocação, identificamos neste conjunto de técnicas duas especialidades



básicas [...]. Estas especialidades, o Desenho de Produto e a Programação Visual, pressupõe uma única postura metodológica, digamos assim, que se aplica à solução de problemas diferentes, situados em áreas diversas.

[...] Portanto, [...] para nós, duas especialidades de uma mesma disciplina, o Desenho Industrial, assim como Engenharia Eletrônica e Engenharia Civil também são especialidades da Engenharia.

Isto posto, não nos parece adequada a decisão de elaborar separadamente um Currículo Mínimo para Desenho de Produto e outro para Programação Visual. (APDINS-RJ, 1978).

Após as justificativas metodológicas, alinham-se os aspectos mercadológicos para justificar o alinhamento entre Desenho do Produto e Programação Visual: o quadro econômico nacional não estaria pronto para absorver profissionais fortemente especializados. Pelo contrário, uma formação generalista estaria mais adequada à realidade do mercado brasileiro.

Ainda apoiados sobre o argumento da realidade econômica e do mercado, discordam da tônica tecnológica do currículo anteriormente apresentado pelo MEC às escolas. O documento afirma que, num país onde “[...] coexistem tecnologias tão díspares entre si quanto a do cordel e a do computador [...]”, seria mais acertado aparelhar os alunos para atuarem dentro de contextos tecnológicos já existentes, além da criação e capacitação em novas tecnologias para nossa realidade. Assim, deveria torná-los aptos: “[...] tanto para projetar no âmbito de tecnologias muito complexas, quanto no âmbito de tecnologias rudimentares, já que esta heterogeneidade caracteriza a realidade do país e, portanto do mercado no qual atuarão profissionalmente” (APDINS-RJ, 1978).

Comenta-se ainda sobre a composição das matérias do currículo quanto à proporção projeto-teoria: “[...] gostaríamos de observar ainda que num curso de Desenho Industrial todas as informações devem convergir para a área de Projeto, que é o meio de expressão do Desenhista Industrial” (APDINS-RJ, 1978), da mesma maneira que a PUC-RJ apontara nos comentários institucionais para a proposta de abril de 1978.

O seminário contou com a presença de 47 pessoas (ABENGE, 1978b). A discussão determinou algumas diretrizes ao grupo de trabalho que se formaria após o evento. Foram levantados dezesseis nomes que poderiam constar na comissão, dentre os quais escolhidos dez (não encontramos documento com os demais seis nomes): Ary Antonio da Rocha (UFRN); Sérgio D’Oliveira Casa Nova (Mauá - SP); Valéria Munk London (Apdins-RJ); José Abramovitz (MIC/STI); João Bezerra de Menezes (Coppe/UFRJ); Freddy Van Camp (Esdi); Gustavo Amarante Bomfim (UFPB); Luiz Blank (MIC/STI/FAU-USP); José Carlos Bornancini (UFRS); Olício Carlos Pelosi (FEB).

Em entrevista, Valéria London afirmou que a composição da Comissão Especial de Desenho Industrial deu-se para que houvesse abrangente representação das escolas, onde cada membro deveria levar as considerações de discussões do grupo de Brasília para as respectivas instituições e grupos docente e discente, e trazer na reunião seguinte as ideias que emergissem destes debates. Assim, haveria maior representatividade da categoria dos desenhistas industriais, em vez de unicamente opiniões dos participantes dos grupos. Observa-se, entretanto, uma presença maior de cariocas no grupo selecionado – inclusive, seis dos dez membros eram formados pela Esdi –, bem como um representante nominal da Apdins-RJ, enquanto que não havia um representante oficial da ABDI. A Apdins-RJ comemoraria seu papel no evento: “A APDINS-RJ presidiu a mesa nos dois dias e podemos dizer que tivemos, na prática, um referendo ao trabalho que vimos desenvolvendo” (APDINS-RJ, 1978).



Vários dos comentários feitos pela Apdins-RJ (APDINS-RJ, 1978) terminaram reverberando nas diretrizes para um grupo de trabalho decorrente do evento (ABENGE, 1978). Essas diretrizes normativas para o grupo de trabalho deveriam guiar suas discussões e as propostas de currículo nos meses seguintes, limitando assim a autonomia do grupo para atuar dentro de um escopo decidido em plenária no seminário. As diretrizes foram (ABENGE, 1978): 1. Delimitação do campo do Desenho Industrial: “Desenho Industrial é um campo específico de conhecimento e atividade profissional, independente de outras áreas projetuais como Arquitetura, Engenharia, Artes e outras”; 2. Quanto à divisão de áreas: “Haverá um único Curso de Graduação em Desenho Industrial, que se desdobrará em duas habilitações distintas, de Desenho de Produto e Programação Visual. As escolas de desenho industrial poderão oferecer apenas uma ou ambas habilitações”; 3. Sobre a divisão no currículo: “Deverá ser organizado um Currículo Mínimo que tenha um núcleo básico comum e que permita opção para uma das duas modalidades”.

O resumo do evento também detalha melhor algumas das características do profissional a ser formado por esse novo currículo em discussão:

O desenhista industrial (desenhista de produto e programador visual) necessita de uma formação profissional fundamentalmente tecnológica, dado que é através da tecnologia que o produto de seu trabalho será incorporado à realidade social. Por outro lado, pergunta-se: Que tipo de tecnologia deve ser adotada, quanto ao nível e porte? É uma questão que cabe ao desenhista industrial analisar e propor. Nesse momento não é suficiente uma formação estritamente técnica. Há que se evitar a alienação tecnocrática. A análise, bem como a decisão, deverão ser embasadas em fatores outros, tais como: as características do sistema produtivo, as características sócio-econômicas e culturais da região e do país como um todo, a disponibilidade de materiais e de mão de obra, visando, com a solução do problema posto, o atendimento às reais necessidades e exigências do homem brasileiro.

Assim, a formação do desenhista industrial deverá [s]e dirigir para o conhecimento básico na área tecnológica e buscar ainda suporte teórico e prático em matérias e disciplinas em outras áreas do conhecimento nas ciências humanas, sociais e políticas, e ainda nas artes em geral. (COMISSÃO DO SEMINÁRIO “DESENHO INDUSTRIAL E ENSINO”, 1978).

4 Comissão Especial de Desenho Industrial

Com as diretrizes tiradas do seminário, a Comissão Especial de Desenho Industrial teve um período de alguns meses para seus trabalhos, realizando a primeira reunião já em outubro de 1979, nos dias 23 e 24, em Brasília. Valéria London recorda-se de terem acontecido ao todo cerca de dez reuniões, todas em Brasília, nas quais todos os membros estavam presentes e dedicavam dois dias às discussões e definições, após as quais retornavam para debater com os respectivos grupos e escolas.

Não há documento oficial que forneça dados sobre todas essas reuniões, mas há um documento incompleto, com assinatura apenas de Freddy Van Camp, que fornece algumas das datas que teriam sido ao menos especuladas (VAN CAMP, 1979). Seriam:

- 05 e 06 de março de 1979 (reunião em Brasília) - plano de capacitação de docentes; bibliografia e equipamentos para escolas de desenho industrial;
- 15 de abril - data limite para envio ao MEC DAU as apreciações das escolas sobre a proposta de Currículo Mínimo elaborada pela comissão;



- 26 e 27 de abril (reunião em Brasília) - avaliação dos comentários e propostas enviados pelas escolas; plano de capacitação de docentes; preparação do encontro nacional para aprovação final do Currículo Mínimo;
- 23 e 25 de maio - realização do encontro nacional no rio de janeiro (futuramente o 1º ENDI);
- 11 e 12 de junho (reunião em Brasília) - discussão final sobre o Currículo Mínimo para ser enviado ao conselho federal de educação; discussão sobre implantação do currículo; plano de capacitação de docentes;
- 01 e 02 de outubro (reunião em Brasília) - plano de capacitação de docentes; implantação do plano de capacitação de docentes;
- 03 e 04 de dezembro (reunião em Brasília) - implantação do plano de capacitação de docentes.

A pauta da capacitação de docentes mostra-se mais recorrente que aquela reservada às discussões do próprio Currículo Mínimo. De acordo com o depoimento de João Bezerra de Menezes, havia no grupo a percepção de que muitas escolas de artes haviam se tornando escolas de desenho industrial para recebimento de verba, e que isso repercutia no ensino ao final (MENEZES, 2016). Ou seja, segundo essa percepção, haveria muitos docentes dessas escolas que não estariam capacitados para ensinar design.

O mesmo documento afirma que o trabalho em cima dos conteúdos do currículo se deu entre outubro de 1978 e fevereiro de 1979, e que este foi enviado às escolas para nova apreciação antes mesmo do 1º ENDI, com data limite de devolução para 15 de abril.

Com exceção das matérias específicas para comunicação visual, a inspiração na primeira versão do currículo pré-seminário – feita em abril de 1978 – é clara, inclusive nas ementas de várias das disciplinas. O texto de abertura também é em sua maior parte bastante semelhante à versão anterior.

Dos comentários devolvidos para esta nova proposta, tivemos acesso aos documentos da Fuma de MG, da Faculdade Mauá, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, da Universidade Mackenzie, da ABDI – em reunião com outras escolas de São Paulo –, e da Esdi. O universo de comentários a que se teve acesso, embora significativo, pode ser considerado parcial em relação a toda academia uma vez que cerca 20 cursos estavam abertos no país naquele momento.

Os comentários disponíveis revelam aspectos interessantes e centrais do debate na época. Uma das considerações imediatas é de que não havia consenso entre as escolas, sendo a discordância mais importante a questão da unificação ou divisão da formação em duas habilitações. Quatro dos seis comentários – exceto a Esdi e UFPB –, discordam da divisão por Habilitações. Apesar de ter sido uma diretriz tirada no seminário em 1978, as escolas em seus comentários opõem-se, e o principal argumento é que essa segmentação atrapalharia a inserção dos alunos formados num duro mercado de trabalho²(SCHOENACKER et al., 1979).

²Uma exceção ao argumento encontra-se na Faculdade de DI de Mauá, que discorda de qualquer proximidade entre Desenho Industrial (que é como identificam o Projeto de Produto) e Comunicação Visual, que, segundo sua análise, faz parte da comunicação, campo ligado às Artes, enquanto o Desenho Industrial – leia-se Projeto de Produto – seria uma área autônoma e por demais específica para aproximar-se de outras (BOGSAM NETO et al. 1979)



Não se pode deixar de observar que o único parecer que efetivamente concorda com essa proposta curricular seja o da Esdi, escola carioca que era ponto de reunião dos membros cariocas da comissão, na qual boa parte se formou. As demais escolas, tanto paulistas, quanto dos demais estados, apresentam discordâncias estruturais sobre o conteúdo – dos seis comentários, cinco deles tratam das habilitações.

A Faculdade de Desenho Industrial de Mauá afirma que defendeu este mesmo ponto no Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, mas que foi voz vencida. Naquele momento, a representatividade era, em teoria, bastante superior, com a presença de quinze escolas na plenária. Na prática, no entanto, a maioria das 41 pessoas presentes era também do Rio de Janeiro, conforme consta na lista de presenças do evento (ABENGE, 1978).

Colocados estes pontos, é de se especular se a aprovação da manutenção da dupla habilitação não fora, ao final, justamente reflexo da pujante organização política pela qual passava a categoria dos desenhistas industriais no Rio de Janeiro em 1978. Cabe lembrar que as escolas cariocas já haviam se organizado e discutido o assunto antes do seminário; logo, pode-se supor que havia certa concordância entre os participantes para as pautas e comentários decididos pela plenária no evento de São Paulo.

Também a maior representação por estado na comissão de ensino era justamente do Rio de Janeiro, e os membros que representavam não escolas, mas associações (Apdins-RJ, com Valéria London) e institutos (MIC/STI e INT, nas figuras de José Abramovitch e Luiz Blank) também eram cariocas. Havia, segundo essa lógica, uma maior força política do grupo do Rio de Janeiro para os debates do momento, tanto em número, quanto em organização.

Obviamente, não se trata de afirmar que a organização e a mobilização da Apdins-RJ constituiu-se de uma manobra por parte dos membros cariocas para que prevalecessem os seus interesses. Mas é bastante claro que, ao final, toda mobilização nascida da ABDI-RJ, e continuada na Apdins-RJ, influenciou o resultado final do documento do currículo que foi aprovado no 1º ENDI, ocorrido também no Rio de Janeiro, como será apresentado a seguir.

5 O 1º ENDI e o Currículo Mínimo

O 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial, organizado pelas três entidades de classe daquele momento – Apdins-RJ, ABDI e Apdins-PE – aconteceu entre os dias 04 e 06 de outubro de 1979, e nasceu como maneira de debater encaminhamentos para um conjunto de assuntos polêmicos que pairavam sobre a parcela da categoria dos desenhistas industriais que procurava se organizar, dentre os quais o Currículo Mínimo e uma proposta de regulamentação da profissão.

O 1º ENDI contou no total com cinco grupos de trabalho, sendo um deles o grupo sobre a Regulamentação da Profissão, e outro sobre ensino.

Um documento intitulado “Doc. nº 9 - Conclusões do Grupo de Trabalho - Ensino” descreve parte do processo de discussão do grupo de Ensino. No documento, fala-se da apresentação de duas propostas de Currículo Mínimo que foram discutidas pelo grupo: uma decorrente da Comissão Especial de Desenho Industrial, e outra levada por participantes do grupo. O grupo definiu, ao final, que os cursos de desenho industrial deveriam abranger as duas habilitações – denominadas Projeto de Produto e Programação Visual.

Esta decisão endossou a deliberação anterior de 16 instituições de ensino apresentadas no seminário 'Desenho Industrial e Ensino' [...].

Dessa forma, eliminou-se uma das propostas, concentrando-se o debate sobre aquela da Comissão Especial.

[...] Como conclusão de exaustivos debates, aprovou-se a decisão de analisar a proposta da Comissão Especial, reconhecendo que, embora a mesma ainda seja passível de melhorias, não seria conveniente adiar ainda mais a reformulação do Currículo Mínimo. Houve, contudo, unanimidade em reconhecer que a proposta analisada é extremamente mais adequada que o currículo em vigor. (1º ENDI, 1979).

Não há maiores informações sobre essa segunda proposta. A proposta da Comissão Especial de Desenho Industrial é, assim, reorganizada em forma de minuta, com um texto de teor mais jurídico, e ao final do evento é levada à plenária para votação, e aprovada pelo público. A minuta aprovada é, no conteúdo das matérias e ementas, bastante semelhante àquela comentada anteriormente, e encontra-se representada no Quadro 2.

Quadro 2 – Matérias da proposta de 1978 de reformulação do Currículo Mínimo de Desenho Industrial

Habilitações	Matérias
Matérias de Formação Básica	Matemática; Física Experimental; Meios de Representação Bidimensional; Meios de Representação Tridimensional; História da Arte e da Tecnologia; Economia; Antropologia, Sociologia e Psicologia; Legislação e Normas
Matérias de formação para habilitação em Projeto do Produto	Metodologia Visual; Teoria da Comunicação; Metodologia do Projeto; Ergonomia; Materiais Industriais; Fabricação; Sistemas Mecânicos; Desenvolvimento do Projeto do Produto
Matérias de formação para habilitação em Programação Visual	Metodologia Visual; Teoria da Comunicação; Metodologia do Projeto; Ergonomia; Materiais, Fabricação e Processos; Produção e Análise Gráfica; Produção e Análise da Imagem Sequenciada; Desenvolvimento do Projeto de Programação Visual

Fonte: adaptado de Minuta de Proposta do Currículo Mínimo de Desenho Industrial e Programação Visual – LONDON et al, 1979

Conforme destacado por Braga (2016, p. 162), quem assina a minuta são Valéria London – presidente da Apdins-RJ –, João Roberto Nascimento – presidente da Apdins-PE –, Sérgio Akamatu – presidente da ABDI –, e Gustavo Amarante Bomfim, aqui apresentado pela primeira vez como Coordenador da Comissão Especial de Desenho Industrial para o estudo do Currículo Mínimo. Segundo Braga, isso demonstra a liderança das associações profissionais na organização dos debates e ações da categoria.

Num tópico do documento que trata do histórico do processo, há um pequeno trecho que descreve a publicação do Currículo Mínimo de 1969, de que este seria apenas baseado no currículo esdiano do ano de 1968 (LONDON et al, 1979). A informação é inexata, conforme observado nas pesquisas anteriormente referidas (FERREIRA & BRAGA, 2016; FERREIRA, 2017), e demonstra que, já naquele período, havia certa ideia que se cristalizou na memória acadêmica sobre sua implantação, e que seria repetida dali em diante na tradição oral do campo.



O texto demonstra também que o grupo que o redigiu contava com a publicação do novo Currículo Mínimo já no ano de 1981. Indica também que ao longo do ano de 1980, todas as cerca de vinte escolas funcionando no país deveriam encaminhar ao CFE “os planos curriculares adaptados a essa Resolução” (LONDON et al., 1979).

A proposta de minuta foi encaminhada ao MEC entre o final do ano de 1979 e o início do ano de 1980. Porém, não houve tramitação da proposta até meados dos anos 1980, tendo sido aprovada apenas em 1987, quase dez anos após sua criação em um momento no qual, para alguns docentes, já estaria defasado diante da realidade do campo do design no país.

6 Currículo Mínimo e Regulamentação da Profissão

Em paralelo às discussões iniciadas pela ABDI-RJ sobre o Currículo Mínimo, outro importante foco estava na Regulamentação da Profissão. Este seria um importante tópico também para a Apdins-RJ, que levou as discussões adiante até o 1º ENDI, quando se pôs em votação e aprovou um anteprojeto de Regulamentação para ser enviado ao Congresso Nacional.

Não consideramos que esse ‘processo paralelo’ tenha sido ao acaso, mas sim que o próprio Currículo Mínimo era considerado tão importante à hegemonia do campo pelos desenhistas industriais quanto a própria regulamentação da profissão, senão mesmo um dispositivo de suporte a esta. O dado mais explícito desse diálogo são as similaridades encontradas nos textos do anteprojeto de regulamentação da profissão sobre as definições da profissão, e a própria minuta de proposta do Currículo Mínimo.

Para o Currículo Mínimo, “[o] Desenho Industrial abrange duas habilitações básicas: O Projeto de Produto e a Programação Visual. Estas duas habilitações pressupõem uma única postura metodológica que as integra na mesma área do saber”. Já para o anteprojeto de regulamentação: “O campo do Desenho Industrial abrange duas áreas básicas: o Desenho de Produto e a Programação Visual. [...] Estas duas áreas pressupõem uma única postura metodológica que as integra no mesmo campo do saber e da prática profissional”.

Quanto às definições que se dá ao profissional de Programação Visual são quase idênticas em ambos os documentos. Para o Currículo Mínimo, “[...] ao habilitado em Programação Visual cabe otimizar, através do projeto de sistemas visuais, a relação que se estabelece entre o ser humano e a informação”.

Já para a habilitação em Projeto de Produto, no Currículo Mínimo escreve-se: “Ao habilitado em Projeto do Produto cabe atender, através do projeto de sistemas tridimensionais, as necessidades do usuário, em seu contexto material”; no anteprojeto de regulamentação, “[a]o Desenhista de Produto cabe atender através do Projeto de unidade e sistemas tridimensionais, às necessidades do ser humano no tocante a seu contexto material, aqui entendido como o conjunto dos artefatos que povoam e ordenam seu espaço vital”. Nota-se a diferença de nomenclatura de “Projetista de Produto” e “Desenhista de Produto”, que indica certa diferenciação de profundidade e especificidade. Mas a definição é ainda bastante semelhante, o que sustenta nosso argumento.

Também, pelas discussões entre as escolas fica evidente o aspecto político do novo Currículo Mínimo. Segundo Pedra, “[um] currículo não se restringe à reprodução de conhecimentos e destrezas” (PEDRA, 2002, p. 16). Pelo contrário,



“[...] ele reproduz, ou melhor, dá abrigo a um conjunto de representações que dizem respeito não apenas ao mundo da produção, mas também às variadas relações que os homens mantêm entre si e com seu meio.

[...] Como as culturas não estão feitas só de conhecimentos e “destrezas” restritas ao mundo da produção, é necessário que reproduzam, também, outros conhecimentos para manter como cultural. Tal reprodução, como bem acentuou Ludgren, faz-se nas instituições escolares pela representação”. (PEDRA, 2002, p. 16).

Assumindo que um currículo traz em seu conteúdo representações sobre a sociedade e a cultura – mesmo que na forma de projeções de algo a ser almejado, ou representações de um nicho social específico –, o novo Currículo Mínimo não deve ser entendido apenas como uma revisão pedagógica visando o que seria o profissional ideal para a situação do país naquele momento. Pelo contrário, traz implícito um certo conjunto de ideias e ideologias que, neste contexto, entendem o ensino como uma maneira de auxiliar a demarcação do que seria o campo específico desse profissional.

Um fato que reforça essa ligação entre Regulamentação Profissional e Currículo Mínimo se encontra no acirramento da disputa entre a categoria dos desenhistas industriais com os arquitetos ao final dos anos 1970. Em 1977, numa tentativa de modificação do Currículo Mínimo de Arquitetura, houve interesse em incluir matérias de Desenho Industrial obrigatórias aos cursos no geral, proposta que foi combatida pelos desenhistas industriais (BRAGA, 2016, p.164-165). A proximidade desse embate com as discussões sobre Currículo Mínimo e Regulamentação Profissional é bastante relevante. E o entendimento de que ambas as frentes – Currículo Mínimo e Regulamentação Profissional – teriam forças para resguardar, o primeiro os conhecimentos mínimos necessários à prática do Desenho Industrial, e o segundo, mercado de trabalho, as tornam “complementares”, ficando mais palpável a percepção do Currículo Mínimo como ferramenta de demarcação do campo.

É neste ponto que se configura um importante conflito interno do campo do design, que demonstra a força que as mudanças das diretrizes curriculares visavam e possibilitaram propiciar. Por representar e, conseqüentemente, difundir um *habitus* e todas as representações que o configuram e definir os caminhos para as futuras ações acadêmicas para todos os grupos do campo por meio de um mecanismo que é uma resolução governamental torna o processo de certa maneira “impositivo”, ainda que o método de elaboração da proposta do currículo tenha sido democrático, como alegam seus agentes. Isso porque as ideias e representações contidas nesse currículo deveriam, ao final, ser necessariamente absorvidas pelo campo.

Sendo este o caso, é natural que haja discordâncias e conflitos bastante fortes, conforme relata a própria introdução da proposta do Currículo Mínimo tirada no 1º ENDI, onde fala-se da morosidade do processo. Estariam em jogo conflitos de diferentes visões sobre o design dos grupos e escolas de regiões diversas, muitos dos quais claramente se opuseram a diversos pontos de seu conjunto de crenças durante o processo.

Se de fato está correto nosso entendimento dos documentos de que houve maior força e hegemonia das ideias dos grupos cariocas na Comissão de Ensino de Desenho Industrial de 1978, assim como no próprio 1º ENDI no Rio de Janeiro, seria então seu *habitus* e seu projeto de profissional que se tornariam hegemônicos no campo, projeto este que esteve encabeçado por uma associação profissional, desenvolvido sempre em paralelo à proposta de regulamentação da profissão, ambos confluindo uma mesma ideia de profissional almejados.



7 Considerações finais

O artigo buscou delinear parte da trajetória dos debates, agentes e ideias principais que levaram à nova proposta de Currículo Mínimo, votada no 1º ENDI em 1979. Buscou-se explicitar quais os agentes que participaram de sua redação, dinâmica da discussão e também algumas das ideias concordantes e dissonantes que se levantaram ao longo do processo e o que do contexto teria influenciado as ideias finais do documento encaminhado ao MEC.

Ressaltamos, primeiramente, a forte influência que os agentes cariocas tiveram nos debates e redação do documento final, influência esta derivada justamente de sua força organizativa e política naquele momento, somados ao capital simbólico que tinham por serem da cidade que originou a primeira escola específica de design no Brasil e cuja matriz curricular influenciou o Currículo Mínimo de 1969 e o currículo de vários outros cursos no país. Todos esses fatores pesaram na hora dos conflitos de ideias e terminaram por influir em aspectos importantes do novo Currículo Mínimo oficializado em 1987, como a divisão em duas habilitações – Projeto de Produto e Programação Visual.

Outra importante contribuição historiográfica da pesquisa refere-se a apontar que o Currículo Mínimo proposto em 1979 tinha um caráter de garantir um perfil profissional para o desenhista industrial em meio a uma mobilização da categoria pela Regulamentação da Profissão. Ambos os documentos contribuíam para uma idéia de um Estatuto Profissional do Desenhista Industrial e, conseqüentemente, expressavam o desejo de alcançar a hegemonia no campo profissional e assim se chegar a uma certa reserva de mercado. Deve-se lembrar que muitos diretores das associações profissionais exerciam a docência naquela época e que, portanto, consideravam problemas no ensino e ocupação do mercado como importantes questões de um mesmo problema: a consolidação da profissão.

Em 1988 quando efetivamente começa a ser implantado, a categoria tinha ocupado o mercado disponível, o número de escritórios e escolas de design cresceu, as necessidades regionais ganharam importância e o design no mundo estava em processo de mudança de paradigmas. O Currículo Mínimo proposto em 1979 apresentava inadequações em fins de 1980, mas expressava um ideário de gerações que lutaram e constituíram a profissão em épocas de muita incerteza sobre seu futuro.

8 Referências

ABDI. **Ata de Reunião - Regionalização da ABDI**, 29.09.1976. Rio de Janeiro, 1976e.

_____. **Ata de Reunião da ABDI, realizada na ESDI**, Rio de Janeiro, no dia 28 jun.1976 (Inclui 5 anexos). Rio de Janeiro, 1976b. Disponível em <https://documentos.design/doc/53>

_____. **Ata de Reunião Geral, realizada na ESDI**, Rio de Janeiro, no dia 27 ago. 1976 (Inclui 4 documentos em anexos). Rio de Janeiro, 1976d.

_____. I Simpósio Brasileiro de Desenho Industrial. **Anais...** São Paulo: ABDI/ IDORT, 1976a.

_____. **Proposta para iniciar a regionalização da ABDI e criar a ABDI/RJ**. Rio de Janeiro, 28 jun. 1976c, 2 f. (Texto digitado). Disponível em: <https://documentos.design/doc/54>

ABDI-RJ. **Informe dos grupos de trabalho**. Rio de Janeiro, set. de 1976.

ABENGE. **Resumo das conclusões e recomendações do Seminário “Desenho Industrial e o Ensino”**. São Paulo, 1978a, 24 f. (Cópia de texto datilografado).

_____. **Resumo das conclusões e recomendações do Seminário “Desenho Industrial e o Ensino”**. São Paulo, 1978b, 11f. (Cópia de texto datilografado, semelhante ao documento ABENGE, 1978a, mas com a lista de presença, e menos outros documentos).

ABRAMOVITZ, José; LONDON, Valéria Munk; BLANK, Luiz; MENEZES, João Bezerra; CAMP, Freddy Van. **Trabalho desenvolvido no Rio de Janeiro pelos representantes do Grupo de Trabalho de Ensino de Desenho Industrial à partir do Seminário realizado em São Paulo**. Rio de Janeiro, 1978.

APDINS-RJ. **Informativo da Associação Profissional dos Desenhistas Industriais de Nível Superior do Rio de Janeiro**. Set. 1978a. 6 f.

BOGSAM NETO, Adalberto; CASANOVA, Sérgio D’Oliveira; OKUBO, Ricardo Masataka; MORILLA, Antonio Carlos. Mauá, 1978. [para] VIEIRA, Ruy Camargo, Brasília, 33 f. **Análise do currículo mínimo submetido em fevereiro de 1979 para apreciação pela escola**.

BOMFIM, Gustavo Amarante. **Desenho industrial: proposta para reformulação do currículo mínimo**. 1976. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Rio de Janeiro, 1976.

BRAGA, Marcos da Costa. **ABDI e APDINS-RJ**. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 28 nov. 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução nº 5 de 2 de junho de 1969. **Fixa o currículo mínimo para o Curso de Desenho Industrial**. Brasília, 2 jun. 1969.

CARVALHO, Ana Paula Coelho de. **O Ensino Paulistano de Design**. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2015.

ESCOREL, Ana Luisa; REDIG, Joaquim; ANDRADE, Sérgio; CAMARDELLA, Sérgio; BIELCHOVSKY, Joana; BRENNNA, Giovanna Rossodel; JATAHY, Suzana. Rio de Janeiro, 1978. [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo, Brasília. 9 f. **Análise do currículo mínimo submetido em abril de 1978 para apreciação pela escola**.

FERREIRA, Eduardo Camillo K.; BRAGA, Marcos da Costa. 1º Seminário de Ensino de Desenho Industrial de 1964/1965: o primeiro debate entre instituições. **Estudos em Design | Revista (online)**, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 3, p. 1-15, 2016b. ISSN 1983-196X.

FERREIRA, Eduardo Camillo K. O Currículo Mínimo de 1969: as discussões do I Seminário de Ensino de Desenho Industrial e alguns aspectos do ensino do desenho industrial na década de 1960. In: BRAGA, Marcos da Costa; FERREIRA, Eduardo Camillo K. (orgs.). **Histórias do Design no Brasil III**. São Paulo: Annablume Editora, 2017.



- LACAPRA, Dominick (1980). Repensar la historia intellectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José (org.). **Giro linguístico e historia intellectual**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012, p. 237-293.
- LONDON, Valéria. Entrevista realizada por Eduardo Camillo K. Ferreira. Rio de Janeiro: 07 jun. 2017. (60 min.).
- LONDON, Valeria Munk; AKAMATU, Sérgio; BOMFIM, Gustavo Amarante; NASCIMENTO, João Roberto. **Minuta de Resolução sobre o Currículo Mínimo**. Anexada à carta endereçada ao Sr. Guilherme de La Penha, de 20 de outubro de 1979. 22 páginas.
- MENEZES, João Bezerra de. Entrevista realizada por Eduardo Camillo K. Ferreira. São Paulo: 14 abr. 2016. (53 min.).
- MARICATO, Ermínia. [Carta] São Paulo, 01 jun. 1978, [para] GRINOVER, Lúcio. São Paulo. 2 f.
- MORAES, Anamaria de. Eu estava lá, vi, vivi e sofri na própria carne, como foi difícil o nascimento e maturidade da pesquisa em design no Brasil (I). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN, 2. **Anais...** Rio de Janeiro. 2003. 1 disco compacto.
- _____. Eu estava lá, vi, vivi e sofri na própria carne, como foi difícil o nascimento e maturidade da pesquisa em design no Brasil (II). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM DESIGN, 2. 2003. Rio de Janeiro. **Anais...** 1 disco compacto.
- OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (coord). **A educação superior no Brasil**. 336 f. Porto Alegre: IESALC, 2002.
- OZANAN, Luiz Henrique. **O curso de design em Minas Gerais: da FUMA à Escola de Design**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR, programa de Mestrado em Educação, 2005.
- PEDRA, José Alberto. **Currículo, Conhecimento e Suas Representações**. São Paulo, Editora Papirus, 2002
- PEDROSA, Imair Baptista. [Carta] São Luís, 19 jun. 1978, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília. 2 f.
- PORTINHO, Carmen. [Carta] Rio de Janeiro, 12 maio 1978b, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília. 6 f.
- TEIXEIRA, Milton. [Carta] Santos, 08 maio 1978, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília. 3 f.
- SCHOENACKER, Angelo; PRIZENDT, Benjamin; NICOLAEWSKY, Carlos; AKAMATU, Sérgio Rene; JANK, Suzanna; HUNGRIA, Waldyr R. **Currículo de Desenho Industrial**. 1978, 39 f.
- VAN CAMP, Freddy. **Cronograma de trabalho/1979** - Comissão especial de desenho industrial. [S.l.]: 06 fev. 1979. 3 f.
- _____. [Carta] Rio de Janeiro, 21 set. 1978, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília. 2 f.